

NOS DISCURSOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL ANALISADOS NO LIVRO “A RETÓRICA DA PERDA”, TAL RETÓRICA É SOFÍSTICA OU ARISTOTÉLICA?

Marluce Magno*

RESUMO: O objetivo deste trabalho é interpretar o(s) sentido(s) que José Reginaldo Gonçalves atribuiu ao termo “retórica” ao analisar os discursos do patrimônio no Brasil, nas décadas de 1930 a 1980, defendendo que são caracterizados por uma “retórica da perda”. As reflexões orientaram-se por identificar se o autor assumiu tais discursos no sentido da “retórica aristotélica” (com argumentos bem fundamentados), ou da “retórica sofisticada” (caracterizada como enganosa). Num segundo momento, busquei identificar e analisar como sua tese é apropriada em trabalhos acadêmicos subsequentes. Tanto as reflexões como a análise da apropriação de sua tese por outros, indicaram a prevalência da retórica sofisticada.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Retórica da perda; Preservação; Salvaguarda.

In the discourses on cultural heritage analyzed in the book “The rhetorical of loss”, is such rhetorical sophistic or aristotelic?

ABSTRACT: The objective of this paper is to interpret the meaning(s) that José Reginaldo Gonçalves attributed to the term “rhetorical” when analyzing the discourses of heritage in Brazil during the 1930s to 1980s, arguing that they are characterized by a “rhetorical of loss”. The reflections were guided by identifying whether the author assumed such discourses in the sense of “Aristotelian rhetoric” (with well-founded arguments), or of “sophistic rhetoric” (characterized as misleading). In a second moment, I sought to identify and analyze how his thesis is appropriate in subsequent academic works. Both, the reflections and the analysis of the appropriation of his thesis by others, indicated the prevalence of sophistic rhetorical.

KEYWORDS: Cultural heritage; Rhetorical of loss; Preservation; Safeguard.

En los discursos del patrimonio cultural analizados en el libro “La retórica de la pérdida”, ¿esa retórica es sofisticada o aristotélica?

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es interpretar el(los) significado(s) que José Reginaldo Gonçalves atribuyó al término “retórica” al analizar los discursos sobre el patrimonio en Brasil en las décadas de 1930 a 1980 alegando que se caracterizan por una “retórica de la pérdida”. Las reflexiones se volvieron a la identificación discursiva del autor con la “retórica aristotélica” (con argumentos bien fundados), o con la “retórica sofisticada” (caracterizada como engañosa). En un segundo momento, identificamos y analizamos cómo trabajos académicos posteriores se apropian de su tesis. Tanto las reflexiones como el análisis de esa apropiación indicaron el predominio de la retórica sofisticada.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio cultural; Retórica de la pérdida; Preservación; Salvaguarda.

*Mestra em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Doutoranda em Memória Social pela mesma Universidade e professora de História no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Barra do Piraí, Rio de Janeiro. Contato: Rua José Luís Pereira, 46, Conservatória, CEP: 27655-000, Valença- RJ, Brasil. E-mail: magnomarluce@gmail.com . ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5147-4124>

Introdução

Interesso-me pelas culturas populares as quais me dediquei a estudar, com destaque para a *Folia de Reis* a partir de 2014. Logo no início do Mestrado, me deparei com o livro *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*, sobre o qual me proponho a refletir. Senti certo desconforto, tanto a partir do título, quando pela leitura parcial que empreendi. A aproximação com as culturas populares tem me permitido tomar ciência de significativas transformações em valores e práticas no interior de grupos detentores de saberes tradicionais. Algumas dessas transformações fazem emergir, entre membros desses grupos, percepção de que algo está se perdendo. Essa também é a minha percepção, como observadora. Daí o incômodo com a possibilidade de que ocorrências como esta sejam minimizadas como “fato histórico” e valorizadas como recurso discursivo, como sugeriu Gonçalves (2002):

Os ideólogos do patrimônio cultural, ao denunciarem o risco da ‘perda’, não estão apenas registrando um fato histórico, mas, discursivamente, constituindo esse fato com o propósito de implementar um determinado projeto de construção nacional.¹

O objetivo deste trabalho é interpretar o(s) sentido(s) que José Reginaldo Gonçalves atribuiu ao termo “retórica”, se alinhado(s) à retórica aristotélica (construída com argumentos bem fundamentados) ou à retórica sofisticada (caracterizada como enganosa), ao analisar os discursos do patrimônio cultural no Brasil nas décadas de 1930 a 1980. Tais discursos foram principalmente protagonizados pelo mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade e pelo pernambucano Aloísio Magalhães, à frente do SPHAN/IPHAN, respectivamente, entre 1937-1967 e 1979-1981. Foi apenas sobre o livro da sua Tese que me debrucei, não incluindo na análise sua produção acadêmica subsequente. Entendo que o recorte se justifica porque, na atualidade, quase trinta anos após sua primeira publicação (1996), é frequente o uso solitário dessa obra, na escolha dos referenciais teóricos por pesquisadores.

A importância do livro *A retórica da perda* para os estudos das questões envolvendo o patrimônio cultural foi um estímulo para as reflexões e análises aqui realizadas. Tal importância pode ser aferida pela sua inclusão frequente (se não constante) na bibliografia de cursos sobre Patrimônio Cultural, como pude constatar ao longo do Mestrado e Doutorado. Outra medida interessante da sua importância é a significativa quantidade de citações em outras obras. Uma busca recente (março 2022) no *Google Acadêmico*², a partir da expressão “retórica da perda”, indicou a existência de 1.750 citações.

A retórica em estudos acadêmicos

A escolha do termo “retórica”, aludindo aos argumentos apresentados pelos intelectuais brasileiros do período estudado para a defesa de ações pelo Estado na preservação patrimônio cultural, não é explicada por Gonçalves. Ele o fez para termos como “objetificação”, “alegoria” e “narrativas alegóricas”, “redenção”, “efeito do real” e outros, mas não para “retórica”, um dos dois termos que compõem a expressão que conforma a questão central e nomeia sua Tese de Doutorado, defendida em 1989 na Universidade da Virgínia, nos EUA, posteriormente convertida em livro:

Manuel Alexandre Júnior³, no prefácio que escreveu para edição de 2005 da obra *Retórica*, de Aristóteles, destaca recente recuperação do status da “retórica”, e consequente interesse pela obra homônima desse filósofo, que teria retomado seu “velho estatuto de teoria e prática da argumentação persuasiva como antiga e nova rainha das ciências humanas [...] revalorizando-a como ciência e arte”. O autor celebra a superação do que chamou de “noção enganosa” assumida por muitos como

mera manipulação linguística, ornato estilístico e discurso que se serve de artifícios irracionais e psicológicos, mais propícios à verbalização de discursos vazios de conteúdo do que à sustentada argumentação de princípios e valores que se nutrem de um raciocínio crítico, válido e eficaz.⁴

De acordo com Júnior, a “retórica” foi objeto de intenso trabalho acadêmico nas últimas três décadas que precederam sua publicação (2005). Para comprovar a afirmativa cita como exemplo publicação de Brian Vickers, em 1982, intitulada *Bibliography of Rhetorical Studies, 1970-1980*, na qual lista cento e sessenta e quatro livros⁵. Afirmando dificuldade em definir “retórica”, Júnior circula por diversos autores que analisam as contribuições dos pensadores da Grécia Antiga (Platão, Isócrates, Aristóteles, Cícero, Quintiliano e outros) indicando frequência nas referências à “retórica” como “persuasão dos ouvintes” e “arte do bem falar”. Júnior conclui pela unidade entre as definições pesquisadas quanto ao entendimento de “que a retórica e o estudo da retórica têm em vista a criação e a elaboração de discursos com fins persuasivos”⁶. Essa unidade seria quebrada quando há um aprofundamento em quatro aspectos: seu estatuto metodológico, seu propósito, seu objeto e seu conteúdo ético. Em relação ao último aspecto, mais criticamente ligado à “noção enganosa” que Júnior aponta ter prevalecido até poucas décadas atrás, os pensadores clássicos

defendiam uma “retórica” comprometida, responsável, valorizando “a virtude [como] a condição essencial da eloquência”⁷. Nesse aspecto, se opunham aos chamados sofistas.

Inicialmente percebida como uma corrente de pensamento por aqueles que exerciam o pensamento filosófico no período Clássico, a sofisticada, explica Nicola Abbagnano (2007), “passou a indicar a habilidade de aduzir argumentos capciosos ou enganosos”⁸. Esse sentido está presente nas críticas de Platão, para quem “uma vez provada a existência de falsos discursos e de opiniões falsas” identifica-se “uma arte da falsidade”, comum aos sofistas.⁹

Como mencionei, Gonçalves não qualifica explicitamente com que sentido usa o termo “retórica”. Estaria ele indicando que os “oradores” se alinhariam com os valores defendidos pelos consagrados pensadores gregos, ou seja, com responsabilidade e ética? Ou pelos sofistas, que se tornaram conhecidos pela prática da “arte da falsidade”, recorrendo a “argumentos capciosos ou enganosos”? Vale lembrar que, como escrevi no início, o estudo de Gonçalves é realizado numa época (década de 1980) em que vigorava uma “noção enganosa” para “retórica”, que se vinculava a ideia de “artifícios”, de “manipulação linguística”, de “discursos vazios”, como nos mostrou Manuel Alexandre Júnior.

Assim, minha leitura e reflexões sobre o livro de Gonçalves, se esforçam por identificar se o autor compreende os discursos do patrimônio cultural enquadrados no sentido da “retórica aristotélica”, ou se no da “retórica sofisticada”. Paralelamente, atrevo-me a analisar se sua compreensão se justificaria, ou seja, se os discursos são construídos sobre argumentos fundamentados, o que corresponderia a “retórica aristotélica”, ou se seriam “vazios de conteúdo”, caso perceba insinuações da ocorrência de “retórica sofisticada”.

A perda está apenas na retórica ou é factual?

A ameaça de perda da identidade da nação é incorporada ao texto de Gonçalves de forma retoricamente equivalente às ameaças concretas de perda de construções, monumentos e obras artísticas por deterioração ou subtração. O mesmo acontece em relação às ameaças de descaracterização ou desaparecimento das expressões da cultura popular, como impacto do processo de massificação, de âmbito global, que passou a interferir no consumo e na comunicação no interior dos agrupamentos humanos, um fenômeno menos palpável, mas igualmente real, como demonstrado mais adiante.

Quando lemos “perda” atrelada à “identidade da nação” podemos reconhecer um recurso para persuadir, pela emoção, o destinatário de tal discurso, e facilmente abraçar a

associação feita por Gonçalves (2002) ao termo “retórica”. Isto porque podemos compactuar com sua conceituação de nação como resultado de construções narrativas, cuja

forma narrativa é diferenciada pelo uso de um ‘enredo’ por meio do qual os acontecimentos são rigorosamente interconectados em uma estrutura sequencial (...). O enredo torna possível a apresentação dos eventos históricos como um todo coerente e interconectado, sendo o que habilita o historiador a apresentar o que White [Hayden] chama de acontecimentos caóticos e arbitrários como uma totalidade significativa.¹⁰

No discurso protagonizado por Rodrigo de Andrade, podemos perceber que sua concepção sobre a nação está baseada em narrativas históricas que valorizam a cronologia linear dos eventos, os personagens e os acontecimentos marcantes. Pronunciamentos, como o que externou na entrevista que concedeu em 1936, atestam o embasamento historiográfico que adotou: “Têm saído do Brasil relíquias históricas da maior preciosidade. Objetos que nos recordariam passagens magníficas da vida brasileira na Colônia e no Império já agora não possuímos mais”¹¹. Nessa curta passagem captamos não apenas a visão de nação alimentada por Andrade, como também entendemos suas escolhas de quais elementos são representativos da mesma, a constituir-se, então, no seu patrimônio cultural.

Também percebemos o quão enriquecedora foi a escolha de Gonçalves em dialogar com o conceito de “alegoria” ao analisar o discurso sobre patrimônio na gestão em questão:

De acordo com especialistas em teoria literária, a alegoria é um gênero literário que pode ser entendido como uma estória narrada sobre uma situação histórica presente, na qual existe um forte sentimento de perda, transitoriedade, ao mesmo tempo em que existe um desejo permanente e insaciável pelo resgate de um passado histórico ou mítico, além de uma permanente esperança de um futuro redimido.¹²

O caráter ficcional das narrativas sobre o patrimônio brasileiro é exaltado por Gonçalves nas quatro páginas do tópico *As narrativas sobre patrimônio cultural como alegorias da formação nacional* através do uso recorrente do termo “estória” para se referir a tais narrativas. Possivelmente para marcar a distância entre o narrado e o real. Atribui sua produção a “intelectuais nacionalistas (...) para responder a uma situação de perda e com o propósito de construir uma nação”¹³, sem especificar quais, sugerindo que narrativas alegóricas orientaram, com igual peso, tanto o posicionamento de Rodrigo Andrade, como o de Aloísio Magalhães. A escolha dos conceitos de “alegoria” e “narrativa alegórica”, e o uso do termo “estória” para se referir às narrativas do patrimônio, sugerem que Gonçalves vê no discurso de Andrade a presença de uma “retórica sofisticada”. Podemos concordar com tal

visão. As narrativas históricas através das quais Andrade “objetifica” culturalmente a ideia de nação, são incompletas (utiliza apenas fontes oficiais) e tendenciosas (defende uma verdade absoluta). Quanto ao risco de desaparecimento por desmoronamento (edificações) ou subtração (obras de arte), quando Andrade sintetiza como risco de perda, não se vale de figura de linguagem. Está caracterizando um processo real. Acontecia, e continua acontecendo...

Gonçalves parece atribuir à Magalhães a mesma concepção de “nação” abraçada por Andrade. Está evidente nas falas de Magalhães que este advoga que a “identidade” da nação reside na pluralidade de culturas, mas sua concepção de “nação” não está explícita no texto. Pelo menos não o suficiente para afirmar que a toma como culturalmente “objetificada”.

O conceito de “objetificação cultural” é central na análise de Gonçalves. Ele adere à proposta de Richard Handler para aplicar tal conceito ao pensar “os processos de invenção de ‘culturas’ e ‘tradições’”¹⁴. Podemos reconhecer a objetificação cultural de nação e identidade nos discursos da Andrade, sempre apoiados em “narrativas alegóricas”. Mas poderíamos dizer o mesmo em relação ao que nos apresentou Aloísio Magalhães?

Ainda que nos atenhamos apenas aos trechos de seus pronunciamentos escolhidos por Gonçalves, há declarações que sugerem identificação de Magalhães com a *Terceira Geração dos Annales* (final da década de 1960 a 1989), também conhecida por *Nova História*. Quando, por exemplo, atribui velocidade ao tempo referindo-se “à face negativa do acelerado processo universal de integração determinado pelo avanço tecnológico”, Magalhães mostra-se alinhado com um dos temas que marcaram essa geração: o tempo. No entendimento do historiador Leandro Rust (2008), há uma marca distintiva na produção historiográfica dessa geração dos Annales: uma nova forma de encarar a temporalidade¹⁵. Essa nova forma nada tem a ver com o “resgate de um passado histórico ou mítico” presente no conceito de “alegoria”.

Quanto à “identidade” brasileira, Aloísio não parece vê-la como algo delimitado e formado, que independa “das nações humanas contingentes e dotadas de propósitos”. Percebemos isso quando, por exemplo, fez uma explanação sobre “valores culturais” a partir da categorização de países em função de seu tempo de existência e nível de riqueza/pobreza. O Brasil é classificado como “novo e pobre”. Sobre os países nessa categoria Magalhães entende que “se encontram numa situação em que não são ainda identidades formadas, não são ainda economias estabelecidas, não tem ainda o seu perfil desenhado e completo...”¹⁶.

Distanciando-se da “objetificação cultural” apontada por Gonçalves, que reconhecemos no discurso de Melo Franco quando, por exemplo, defende a “existência do

‘patrimônio histórico e artístico’ brasileiro, assim como da necessidade de protegê-lo”¹⁷, Magalhães vislumbra a nação brasileira como algo em formação, em cujo processo ele, como representante do Estado, quer atuar. Poderíamos dizer que, mais do que uma retórica “da perda”, em Magalhães encontramos uma retórica “da formação” ou “do processo”. Ambos, entretanto, observa Gonçalves, sentiam-se “profundamente” identificados com a “causa do patrimônio”¹⁸.

Harmonia no presente x “autenticidade” do passado

Sobre o episódio em que Magalhães relata de sua passagem pela cidade pernambucana de Triunfo e faz apreciações sobre o que viu, Gonçalves as interpreta como “valorização de situações ‘autênticas’”, alinhadas à ideologia que norteou a visão antropológica do século XX “onde ganha destaque uma visão das chamadas ‘culturas primitivas’, ou das ‘culturas populares’ que aparecem sob o impacto irreversível de um processo global de homogeneização, descaracterização e perda”¹⁹. Será que podemos compactuar com essa interpretação de Gonçalves?

Magalhães caracteriza a cidade como “antiga” e “harmoniosa”, com “uma escala humana perfeitamente mantida”²⁰. Dessa experiência, produz um relato que foi externado na Semana de Arte e Ensino, em São Paulo, em 1980. Para a audiência, Magalhães avaliou ter se deparado com “todo um processo de harmonia entre ecologia e necessidades técnicas, toda uma forma de vida que, a meu ver, tem uma representatividade imensa (...). E quantos Triunfos existem por aí?” Complementa, estendendo a questão:

E que é que nós estamos fazendo senão justamente (...) destruindo, criando situações que nada têm a ver com aquela harmonia? Criando situações de desespero e angústia nos grandes centros urbanos e que vão afetar Triunfo se nós não nos apercebermos de que é preciso proteger, [que] é preciso estimular situações como a de Triunfo? ²¹

No trecho verbalizado, Magalhães não faz uso da expressão “autêntica”, nem “cultura primitiva”, nem “cultura popular”, ou equivalentes. Por outro lado, “harmonia” parece ser a palavra-chave nas suas considerações, bem como na ideologia que o inspira, pois está presente com certa regularidade em suas falas, pelo menos naquelas citadas por Gonçalves. Harmonia que, por sua vez, não estaria presente nos “grandes centros urbanos”, lugares de “desespero e angústia”, o que nos remete às condições sócio-históricas que caracterizam o período iniciado na década de 1960, que atravessam o momento de sua atuação, e com as

quais ainda nos deparamos. Esse período é nomeado como “modernidade da tecnologia” por Immanuel Wallerstein (2008), sociólogo alinhado à abordagem dos *Annales*, e é caracterizado pela “artificialização da vida humana”, produto da “realização do progresso material e científico que embrulha a vida humana em mecanizações e automatismos”²².

Proponho a interpretação de que Magalhães não anseia a volta para uma “cultura popular autêntica” no mesmo sentido em que Andrade se dedicava “a busca do passado autêntico”. O olhar de Magalhães não é como o de Andrade que se voltava para o passado “glorioso e autêntico” como lastro para o futuro. Parece-me que Magalhães projetava o futuro olhando, prioritariamente, para o presente. Ele defendia o diálogo entre valores tradicionais, presentes no que ele chama de “componentes fundamentais” da cultura brasileira”, e as novas tecnologias. Para ele, os avanços tecnológico e econômico deveriam se inserir num processo de “desenvolvimento harmonioso”, que só poderia acontecer se fossem “levadas em consideração as peculiaridades de cada cultura”. Caso contrário, “a nação torna-se rica, mas sem caráter, para não dizer rica e completamente dependente de outras nações”²³. Enquanto Andrade planejava um futuro baseado num impossível “resgate” do passado iconificado por ruínas materiais de um passado distante, Magalhães formulava o futuro a partir de um presente vivo: os “componentes fundamentais” da cultura popular.

Podemos considerar, ainda, que o presente, como referencial temporal para o discurso de patrimônio de Magalhães, também se evidencia na sua atenção para com o componente humano. No discurso de Andrade a população aparece como “fator responsável” pela deterioração (de edificações e monumentos) e subtração (de relíquias e obras de arte) do patrimônio cultural, como efeito de sua “indiferença” e “ignorância”²⁴. Já para Magalhães, a população aparece como foco de suas ações: as políticas culturais deveriam promover a melhora nas condições de vida da população. Em evento internacional (1977), que reuniu ministros da cultura de países de língua latina, defendeu que as políticas culturais deveriam levar “em consideração as condições econômicas da população de modo que não venham a se constituir em meros instrumentos de reprodução de desigualdade socioeconômica e colonialismo cultural”²⁵.

Quando Aloísio, ao pensar as políticas de patrimônio, centra suas preocupações e seu discurso na dinâmica de nível global que, como desdobramento dos avanços tecnológicos, se caracteriza pela massificação (consumo e comunicação), ele não está tecendo considerações subjetivas: está comunicando um fato. A concretude desse fenômeno e a percepção de sua

face nociva demonstrei aqui, com as contribuições de Leandro Rust. Podemos acrescentar, como mais uma evidência, a culminância do processo de discussão envolvendo substancial número de Estados Nacionais, materializada na emissão da *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular* pela UNESCO, em 1989²⁶.

Portanto, quando Magalhães propõe uma política de patrimônio para proteger o que ele chama de “componentes fundamentais” da cultura popular (que mais tarde se tornará conhecido por “bens patrimoniais de natureza imaterial”) contra os efeitos de um progressivo “achatamento” ou “homogeneização” cultural, não está praticando uma “retórica sofisticada”. Trata-se de um discurso que busca persuadir seu destinatário a partir de argumentos consistentes e comprováveis, como preconiza a “retórica aristotélica”, assim resumida por Alexandre Júnior (2005):

Tanto Aristóteles como Platão e Isócrates entendiam a retórica e o seu estudo como a articulação íntima de matéria e forma no discurso [...]; o estudo da retórica era um método de educação, e por conseguinte uma atividade responsável e não a manipulação fácil da linguagem.²⁷

A perda na atualidade: menos como “retórica” e mais como fundamentação argumentativa

Nesse início do século XXI, a preocupação com a deterioração dos elementos que constituem o patrimônio material persiste e ações são desenvolvidas visando sua identificação e preservação, entretanto as condições para que isso seja feito ainda esbarra em limitações muito próximas daquelas denunciadas por Andrade em 1969, ano de sua morte.

a carência de meios financeiros bastantes para conservá-lo, empreendimentos da administração pública com objetivo progressista errôneo ou mal entendido, a pressão generalizada da especulação imobiliária, a multiplicação do comércio de antiguidades [...] a indiferença, quando não a ação adversa, das autoridades eclesásticas, responsáveis pela parcela mais valiosa do acervo da arte antiga brasileira...²⁸

Já os “componentes fundamentais” da cultura popular, a partir da ampliação do conceito de patrimônio, contemplado na Constituição de 1988, passaram a ser referidos como “bens de natureza imaterial” (Art.216), e se tornaram passíveis de reconhecimento oficial como integrantes do Patrimônio Cultural do Brasil, através do Decreto 3.551/2000. Mas não foi apenas uma questão de ampliação de conceito. A correlação de forças foi alterada, configurando o que Regina Abreu chamou de “virada” patrimonial. Para autora trata-se de uma “nova concepção [que] contribuiu para o empoderamento de grupos que antes eram

invisibilizados e que passaram a ter voz ativa através de suas associações ou das chamadas ONGs”²⁹.

O risco de *perdas* reais em relação aos bens imateriais relevantes à memória nacional, à identidade e à sociedade brasileira, e o desejo de mitigá-las conformam a essência do Decreto 3.551: “A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem”³⁰. O Decreto culmina com a criação do PNPI (Programa Nacional do Patrimônio Imaterial). Conduzido pelo IPHAN, o PNPI aprofunda e estabelece ações visando à continuidade dos bens (ou seja, prevenir ou reduzir *perdas*), como é possível perceber nas metas estabelecidas pelo Instituto, com a presença frequente de termos como preservação, salvaguarda... Na publicação *Patrimônio Imaterial do Brasil* (2008)³¹, por Castro e Fonseca, as metas estão assim resumidas:

- implementar política de inventário, registro e **salvaguarda** de bens culturais de natureza imaterial;
- contribuir para a **preservação** da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade;
- captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à **preservação, valorização e ampliação** dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro;
- incentivar e apoiar iniciativas e práticas de **preservação** desenvolvidas pela sociedade. [grifo meu]

O debate e a produção acadêmica sobre cultura, identidade, patrimônio cultural se intensificaram. A concepção desses conceitos como algo objetificado (dado pelo “mundo natural”, independente de ações humanas) foi reformulada pela concepção de “processo”, tal como já era percebido por Aloísio Magalhães. O que é verificável, por exemplo, na definição da UNESCO (2003) para patrimônio cultural imaterial³².

Mas o risco de *perdas* não está desconsiderado nas reflexões que têm emergido nos discursos recentes de intelectuais voltados para as questões do patrimônio imaterial. O que indica mais uma evidência de que, muito mais do que uma “figura de retórica”, o termo caracteriza uma ameaça real, para a qual ações se fazem necessárias visando impedi-la ou mitigá-la. Por exemplo, quando Jean Davallon estuda o processo de patrimonialização dos cantos da Córsega e os recursos utilizados para sua documentação, considera que há sempre a possibilidade de questionamento sobre a existência de determinada manifestação que possa vir a desaparecer, principalmente a memória sobre esta, fundamental para que aconteça, e com isso perder sua condição de patrimônio. Davallon entende esta como a provável “razão

de se recorrer à gravação, para que a memória seja fixada, uma vez que essas manifestações são na maior parte do tempo efêmeras”³³.

A tese da *retórica da perda* e suas apropriações em trabalhos científicos

Podemos considerar que, fora do âmbito dos estudiosos da linguística ou da filosofia, a conotação negativa atribuída ao termo “retórica” tenha sobrevivido por todos esses anos no senso comum. Creio que eu mesma seja uma prova disso. Desde que posso me lembrar, meu entendimento é de que “retórica” constitui-se de um artifício, um recurso de manipulação, sem compromisso com fatos e/ou evidências, visando interesses duvidosos. Estariam as interpretações e apropriações da tese de Gonçalves no universo acadêmico problematizando o termo “retórica”? Se não, como estariam acontecendo tais apropriações?

Durante a revisão bibliográfica para minha Dissertação de Mestrado, deparei-me com um caso de apropriação da tese em questão. Trata-se da Tese de Doutorado (2008) de Daniel Bitter – *A Bandeira e a Máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais na Folia de Reis* – que foi orientada por José Reginaldo Gonçalves, cuja passagem que creio melhor evidenciar a apropriação de *perda* como simples recurso de retórica, segundo a tese de seu Orientador é:

Sem deixar de reconhecer as importantes informações trazidas por essa literatura [autores identificados com o movimento folclorista], devo salientar que, em grande medida, elas foram motivadas pela **suposição** de que estas práticas **estariam sujeitas ao desaparecimento** em virtude das transformações das sociedades modernas, configurando-se assim o que já se designou como uma “retórica da perda”³⁴ [grifo meu]

Esse caso instigou-me a construir uma amostragem a fim de explorar as interpretações e apropriações da tese em questão, que circulam em trabalhos acadêmicos subsequentes. Desde sua primeira edição, em 1996, o livro *A Retórica da Perda* vem sendo amplamente acionado, enriquecendo pesquisas e trabalhos acadêmicos em amplitude nacional. Na análise que aqui realizo, que tem um caráter complementar à proposta do artigo, opero com uma pequena amostra e, como tal, insuficiente para fazer inferências ao conjunto das incursões acadêmicas produzidas ao longo de quase trinta anos, sobre a tese em questão. Como uma das pesquisadoras a integrar o *Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste*³⁵, mantive o olhar sobre essa Região. Tomando como base de dados os arquivos digitais que Universidades³⁶ mantêm para Teses e Dissertações produzidas em cursos *Stricto Sensu*, estabeleci os seguintes

recortes, considerando o tempo compatível com uma pesquisa destinada a um artigo acadêmico: (i) trabalhei com os arquivos de 3 Universidades: UNIRIO (instituição em que esta autora integra o corpo docente) e UFRJ (instituição à qual José Reginaldo Gonçalves se vincula) do estado do Rio de Janeiro, e uma fora do estado, a UNESP, escolhida aleatoriamente; (ii) restringi a Teses de Doutorado; (iii) o período da pesquisa abrangeu a produção de 2000 à 2017.

Utilizei os mecanismos de busca disponibilizados pelas instituições, na seguinte sequência: (i) para localizar Teses com potencial de ter em seu conteúdo alguma articulação com a *retórica da perda*, digitei *patrimônio cultural* no campo “assunto”; (ii) abri cada uma das 34 Teses localizadas (10 na UNIRIO + 14 na UFRJ + 10 na UNESP), das quais apenas uma estava indisponível para download. Em seguida utilizei o mecanismo de *localizar* do *Adobe Reader* para duas buscas: primeiro pelo termo *retórica*, depois pelo nome *Gonçalves*.

Dos 33 trabalhos, 16³⁷ têm obras de Gonçalves em suas referências bibliográficas. Dessas, 3 não incluem o livro *Retórica da Perda*. Dos 13 que referenciam para a obra, apenas 4 articulam com a concepção de *perda* como estratégia de retórica no discurso do patrimônio. Os 9 restantes interagem com outras questões inerentes ao campo patrimonial tratadas por Gonçalves como, por exemplo, as trajetórias dos gestores do IPHAN, o conceito de patrimônio, etc. Sobre os 4 trabalhos (3 da UFRJ e 1 da UNIRIO) procedi à leitura e análise com o intento de compreender como a tese da *retórica da perda* foi assimilada e instrumentalizada pelo(a)s pesquisadore(a)s em suas Teses.

Começo pela Tese de Carmem Beatriz Silveira (2004) – *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na Cidade do Rio de Janeiro*. Esta analisa políticas públicas na cidade do Rio de Janeiro, especialmente projetos urbano-culturais desenvolvidos com o propósito de revitalizar certos pontos tradicionais do centro da cidade, impactados pela redução da ocupação demográfica e das atividades econômicas. No tópico 3.4.1 - *O Patrimônio Cultural Urbano e a Construção de Identidades*, a autora explica, em nota de rodapé, que “no texto aqui desenvolvido³⁸ a respeito do patrimônio, estão sendo consideradas, basicamente, as ideias de José Reginaldo Santos Gonçalves apropriadas da sua a Tese de Doutorado *A retórica da perda - os discursos do patrimônio cultural no Brasil, (...)*”³⁹ e outros trabalhos subsequentes do autor. Traz para o texto algumas passagens da obra de Gonçalves. A primeira é extraída do tópico *O patrimônio cultural como apropriação e perda*⁴⁰. Silveira escolhe trecho do parágrafo introdutório em que ele evoca o pragmatismo da

tradição colecionista daqueles que lidavam com o “patrimônio cultural” (aspas de Gonçalves) em fins do século XVIII e início do século XIX⁴¹. Em seguida aciona o tópico final do capítulo 5 da obra denominado *A nação como uma permanente busca: a história como nostalgia e como esperança*. A autora escolhe destacar, novamente, a “apropriação e perda” na configuração de patrimônio por Gonçalves, que espera ilustrar trazendo o trecho em que Gonçalves aponta a existência metafórica da nação através do patrimônio, o seu caráter processual (de desaparecimento) e incompleto, “na medida em que aquilo que ele representa somente existe na medida em que se perde”⁴². Continua o texto trazendo reflexões de outros autores e encerra o tópico informando qual foi o seu interesse por desenvolvê-lo, no que tange à questão que norteia a sua Tese⁴³.

Tomando todas as contribuições de Gonçalves apropriadas na sua Tese, é possível afirmar que Carmem Silveira escolheu trazer para o seu trabalho alguns dos temas tratados pelo autor que poderiam (e de fato puderam) ajudar-lhe a configurar o conceito de patrimônio, e as disputas nele inscritas, embaladas pelo dueto “apropriação e perda”. Mas ela não abraça a ideia de que “apropriação” e “perda” residiriam apenas na dimensão da “retórica”, ou seja, como recurso apelativo, vazio de substância e coerência. Ela, assim, se distancia de Gonçalves que, em suas palavras finais, declara que, ao tratar os discursos de Magalhães e Melo Franco como “narrativas de perda e redenção”, teve como “propósito (...) desalojar qualquer expectativa de uma coerência intrínseca a esses discursos”⁴⁴. Esse distanciamento fica ainda mais evidente poucas páginas depois, quando Silveira refere-se às intervenções no cenário que estuda, deixando transparecer seu desconforto com perdas por elas produzidas: “a dimensão nitidamente destruidora de processos sociais nas intervenções urbanas pretensamente ‘revitalizadoras’, neutralizando a potencialidade de uma transformação e aniquilando as relações construídas nos lugares”⁴⁵.

A proposta da Tese de Teresa Cristina Molleta Scheiner (2004) – *Imagens do "não lugar": comunicação e os "novos patrimônios"* – é a de analisar representações e práticas sociais relacionadas ao campo do patrimônio e sua influência nas percepções existentes sobre o tema, numa abordagem transdisciplinar que prioriza o “caráter essencialmente comunicacional do patrimônio”. A análise é desenvolvida dentro de uma percepção de patrimônio como “espaço de cruzamento de fluxos, instância relacional entre a economia política e uma economia de trocas simbólicas, de natureza libidinal”, e não mais como “estático, pré-dado, fundador (por

linearidade) de um presente” que caracterizaria uma “retórica do passado”, referenciando à obra de Gonçalves⁴⁶.

A autora constrói um discurso crítico em relação às políticas patrimoniais vigentes, particularmente em relação ao papel do Estado e das agências patrimoniais. Ao analisar a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade* da UNESCO (2003), por exemplo, avalia que, a partir do paradoxo que se depreende da definição de Patrimônio Cultural Imaterial ali presente – “*ainda que transmitido de geração a geração, constantemente recriado*” [grifo meu] – se institui aí uma “nova retórica”. Esta “nova retórica” atribuiria um “caráter ficcional” às políticas de patrimônio “ligado ao desejo de conciliar a continuidade e a mudança, a conservação e a criação”⁴⁷. Considera que tal concepção contribuiu para aumentar a influência de instâncias ligadas à memória e patrimônio (museus, arquivos e afins) compactuando com as concepções de Marc Guillaume, para quem teria se organizado uma “hierarquia mundial de vestígios”, conservados e “autorizados” pelo Estado. Dentro desse, configura-se um “processo onde cada grupo social pode, enfim, reescrever a sua origem, [...] onde se atribui sentido às referências efetivamente mais úteis para a constituição de uma autoimagem desejada.”⁴⁸

A construção do seu pensamento é antecedida, dentre outros, pelo resumo e análise da trajetória das políticas de patrimônio no Brasil, compreendida majoritariamente no tópico 3.1.4 – *Brasil: matrizes discursivas e patrimônio nacional*⁴⁹, no qual o livro *Retórica da Perda* foi amplamente utilizado. A tese da *retórica da perda* desenvolvida por Gonçalves que interpreta “os discursos sobre o patrimônio cultural brasileiro como ‘estratégias de objetificação cultural’ usadas por intelectuais com o propósito de construção da nação”⁵⁰ é apropriada em sua plenitude. Ainda que Gonçalves tenha afirmado que “ao assumir essa perspectiva, não [pôs] em jogo qualquer censura aos usos objetificados daquelas categorias”⁵¹, não é possível garantir que seus leitores estejam interpretando seu texto dessa forma (ausência de censura). Scheiner parece assimilar a sua Tese como uma crítica ao uso objetificador presente no discurso de *perda*, e propõe sua superação.

Interagindo com Henri-Pierre Jeudi, a autora defende o conceito de “patrimônio vivo”. Este enfatiza a necessidade de estabelecer “contato com o fluxo cotidiano de transformação”, que são encontrados nos elementos constitutivos das experiências humanas, cabendo às próprias comunidades e grupos sociais, reconhecer tais experiências como ‘patrimoniais’⁵².

A autora conclui o trabalho propondo um novo olhar, uma nova ética para o patrimônio. Indica aliar-se ao pensamento de Eugênio Bucci (2002)⁵³ ao defender que a “verdadeira essência” do patrimônio está “no domínio do imaginário, da criação e do afeto” em que “se realiza”⁵⁴. Questiona a importância que se atribui a materialidade como “garantia dos melhores registros” e valoriza o “fabuloso edifício da cultura não material [língua, crenças, gestos, música] que nos define e acompanha”. Firma-se na proposta de superar o discurso da “perda” que tem sido associado ao patrimônio, e atribui importância à “transitoriedade”⁵⁵.

O trabalho que analiso agora é o de Roberta Sampaio Guimarães (2011) – *A utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca* – que foi orientado por José Reginaldo Gonçalves. A autora o apresenta como um estudo das disputas entre grupos sociais, intelectuais e o Estado durante processo de “revitalização urbana”, proposto pela prefeitura do Rio de Janeiro envolvendo o Porto do Rio e certos bairros tradicionais do centro da cidade, situados na área que ficou conhecida como “Pequena África”. Informa que aplicou o conceito de *ressonância*, desenvolvido por Gonçalves, em suas análises.

Quando faz a revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos interessados na mesma temática⁵⁶, identifica três que estudaram o plano de revitalização do *Porto do Rio*. Faz considerações sobre os pontos em comum que identificou, sendo um deles a apropriação e problematização de conceitos como “gentrificação” e “autenticidade”, e a tese da *retórica da perda*. Indica que Gonçalves está presente nas bibliografias desses três trabalhos, tanto pela sua tese, quanto pelas discussões sobre “autenticidade”.

A autora assimila em sua análise a *perda* como recurso apelativo ao qual diferentes atores recorrem para defender a valorização de um ou outro elemento material ou imaterial, presente na configuração urbana da área pesquisada, dependendo da posição que tais atores ocupam nas disputas. Alguns exemplos:

- Os grupos afrodescendentes e sua demanda territorial que culminou, em 2007, com a titulação Quilombo da Pedra do Sal, concedendo-lhes a propriedade definitiva do “território étnico”. Ao estudar obras⁵⁷ que orientavam o discurso das lideranças desses grupos, enquanto elaborava uma concepção do que chamou de *Mito da Pequena África*, a autora constatou uma “qualificação das variações identitárias, espaciais e temporais da memória ‘afrodescendente’ e ‘popular’ que estavam sendo articuladas por eles[os grupos] e de suas diferentes retóricas da perda”⁵⁸.

- Urbanistas interessados em valorizar, na revitalização planejada, a presença de portugueses e espanhóis, apoiavam-se, dentre outros, no documentário cinematográfico *Morro da Conceição* (2005), de Cristiana Grumbach, dedicado à ocupação portuguesa do morro, que contém um “alerta para perdas”⁵⁹.

Guimarães conclui seu trabalho explicando que em lugar de desenvolver a “pesquisa buscando propor uma normatização ou programa de usos dos espaços da Zona Portuária, opt[a] por compreender como eles estavam sendo estruturados por seus diversos habitantes”⁶⁰. Assim, não propõe alternativas para orientar as políticas de patrimônio embasadas na *retórica da perda*, que é utilizada apenas para qualificar os discursos com os quais trabalhou. Sua crítica centra-se, basicamente, nas escolhas do projeto urbanístico, que usou critérios que não refletiam os valores e expectativas dos grupos afrodescendentes que ali habitam⁶¹.

Finalmente vamos à Gerlane Bezzera Rodrigues Morais (2013) – *Imagens urbanas, patrimônio cultural e memória social no Brasil contemporâneo: Estudo de caso das cidades de Campos de Goytacazes e Vassouras no estado do Rio de Janeiro* – que estudou a construção da memória social a partir das imagens urbanas de algumas cidades fluminenses. Num primeiro momento, atenta para a relação entre Estado, sociedade e cultura, no contexto da construção do patrimônio nacional. Numa segunda etapa, focando na esfera municipal, analisa a afirmação da diversidade cultural como eixo da política cultural no país, no contexto da redemocratização (década de 1980). José Reginaldo Gonçalves está presente nas referências bibliográficas com a obra *Retórica da Perda*.

No capítulo (segundo) em que discorre sobre políticas no âmbito do patrimônio nas diferentes esferas do poder público, a pesquisadora descreve um episódio em que o secretário de cultura de Minas Gerais solicitou ao governador de Santa Catarina a devolução de uma peça (livro) que pertenceu aos Inconfidentes, levada para aquele estado pelo historiador Mello Moraes. Sem citar Reginaldo Gonçalves diretamente, Morais avaliou que o discurso do solicitante “fundamentava-se numa retórica de perda de identidade, o qual se caracterizou num tema recorrente em outros discursos”. Uma nota de rodapé expande detalhes do episódio. Nela a expressão *retórica da perda* é destacada em itálico, mas não identifica a autoria. Além dessa referência ao livro de Gonçalves, que aparece de forma implícita, há outras passagens em que a autora se apoia na obra para historicizar o processo de construção do patrimônio nacional, mas não há problematização ou referência direta à tese que Gonçalves defende. Ao escolher o dito episódio para referenciar à tese da *perda* como *retórica* no campo patrimonial,

a autora acentuou sua dimensão sofisticada, ou seja, de recurso apelativo, sem respaldo, sem significado factual. Entendo que isso está evidenciado, não apenas na situação que escolheu, mas também pelo uso do termo “sentimento” associado à *perda e*, novamente, “sentimento de perda” na nota de rodapé que inseriu, e que também reproduzo em nota⁶².

Todos os cinco trabalhos (incluindo Bitter) apresentam a tese da *perda* como recurso retórico, ou seja, como de caráter sofisticado, ou ainda, “desalojado de coerência intrínseca” como escreveu Gonçalves. Um deles (SILVEIRA) se distancia da tese no próprio posicionamento que assume quando, por exemplo, denuncia uma “dimensão destruidora” nas ações do Estado em relação ao patrimônio que estuda. Outro (MORAIS), vale-se da tese brevemente, apenas para (des)qualificar a argumentação de um agente público. O mesmo acontece no trecho que destaquei do trabalho de Daniel Bitter em relação os discursos dos folcloristas. Já no estudo sobre a “revitalização” do *Porto do Rio* (GUIMARÃES), encontramos a *retórica da perda* acionada para caracterizar discursos de diferentes agentes envolvidos nas disputas patrimoniais, não sendo perceptível posicionamento (aliando-se ou contrapondo-se) da autora. Podemos concluir que o trabalho mais comprometido com apropriação e assimilação da tese da *retórica da perda* como concebida por Gonçalves é o de Teresa Scheiner. É possível vislumbrar, de fato, um caminho de continuidade em relação ao trabalho de Gonçalves. Isto porque o autor problematiza os discursos, caracterizando-os criticamente, mas não propõe alternativas. Teresa Scheiner alia-se à crítica de Gonçalves e defende que o patrimônio só se realiza na “liberdade e espontaneidade” e que, mais do que a memória, é preciso apreender suas funções sociais. Na sua proposta, vê positivamente a superação do paradigma que orienta os atuais discursos do patrimônio focados na preservação, com a emergência do conceito de *novos patrimônios* que

ligado à valorização da diversidade e das contradições constitutivas dos processos sociais, abala o consenso estabelecido em torno do paradigma da conservação de referências tangíveis: já não se trata mais de saber como e por que o patrimônio se conserva, mas de 'apreender as funções sociais das memórias, dentro da metamorfose das sociedades'.⁶³

O incêndio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro: uma perda irreparável!

Não é ficção ou simples retórica que edificações, monumentos e obras de arte possam desaparecer. Durante a pesquisa para este artigo assisti a consumição pelo fogo de um monumental repositório desses elementos: o Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

A mais antiga instituição científica do Brasil voltada à pesquisa e à memória da produção do conhecimento, [...] vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). [...] Det[inha] um acervo composto por mais de 20 milhões de itens distribuídos por coleções que serv[iam] de base para a pesquisa desenvolvida pelos Departamentos de Antropologia, Botânica, Entomologia, Geologia e Paleontologia, Vertebrados e Invertebrados.⁶⁴

O Brasil reformulou políticas públicas e realizou significativos investimentos no campo da Cultura e do Patrimônio nas gestões federais entre 2003 e 2015. Uma delas foi a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2009, fomentando a atividade do setor. Um levantamento realizado por esse Instituto deu conta que os investimentos em museus cresceram em 980%⁶⁵. Entretanto, não foi suficiente para impedir a tragédia com o Museu Nacional em 2 de setembro de 2018. Os recursos governamentais dirigidos à Instituição vinham sofrendo decréscimos desde 2013, como efeito de controle sobre déficits no orçamento federal. Mas o governo que ascendeu com a destituição de Dilma Rousseff em 2016 vem se caracterizando pelo completo descaso com a Educação, a Cultura e o Patrimônio. A imprensa registrou vários depoimentos e resultados de levantamentos como o que foi realizado pela Associação *Contas Abertas*:

O Museu Nacional da UFRJ foi forçado a encolher suas despesas em 2017 para o mesmo patamar de 2007, devido ao corte de repasses de recursos. E nos oito primeiros meses deste ano, os gastos da instituição não chegam a 20% do total do ano passado.⁶⁶

O governo Temer, dentre várias ações de cunho neoliberal, tentou extinguir o IBRAM pela Medida Provisória 850/2018⁶⁷, criando a Agência Brasileira de Museus (ABRAM). A MP foi rejeitada pela Câmara dos Deputados em fevereiro de 2019. Especialista na área, o museólogo Newton Soares, apontou que os interesses que conduziram à referida MP, passavam por “transformar os 27 museus do IBRAM em um grande balcão de negócios”.⁶⁸

No contexto da grande comoção nacional com o incêndio no Museu, e ainda antes de ser anunciada a Medida Provisória referida, o jornal *O Globo* entrevistou a Professora Regina Abreu e lhe perguntou: “Como o país lida com sua memória? Por que isso se dá dessa forma? Porque a memória é importante?”. Destaco um trecho da resposta:

Quem é o país? O Governo, a Universidade, a Sociedade e o Mercado, ou seja, a Iniciativa Privada. **Há ações que precisam ser empreendidas pelo Poder Público,** [...] É preciso ter Vontade de Memória, entender sua relevância e se dedicar de forma abnegada a construir projetos de investimento na longa duração. Um Museu

Histórico ou um Museu Científico como o Museu Nacional é um bom exemplo. (...) Quem pode financiar este trabalho? O Poder Público. Quem pode gerir este trabalho? O Poder Público. O que acontece é que com o **novo Governo**, vem se apostando na ideia do **Estado mínimo**, onde estas **atividades de construção e valorização da memória nacional** seria **passada para o mercado, para o empresariado, para as elites econômicas** que deveriam contribuir para este setor mediante leis de incentivo fiscal, como a Lei Rouanet. **Isto é uma falácia!**⁶⁹. [grifos meus]

A defesa da montagem e valorização de museus e correspondentes atividades de pesquisa aposta na defesa da Memória. E foi alertando para a possibilidade de *perdas* (aqui se referindo aos suportes materiais em que o passado se ancorava) que, durante o século XX, explica Abreu, intelectuais como Rodrigo Mello Franco e outros empreenderam

uma cruzada (...) no sentido de chamar a atenção para a importância de valorizar a memória no Brasil, de construir museus e livros didáticos baseados em pesquisa sobre o Brasil. Foi este esforço abnegado destes intelectuais que gerou a construção do Museu Nacional, do Museu Histórico Nacional, do Museu Imperial, do IPHAN e um conjunto de instituições devotadas à memória e à pesquisa histórica e científica no país. Estes intelectuais tinham que convencer governos e os setores das elites econômicas e políticas que não valorizavam nossas memórias, nossas histórias (...).⁷⁰

Com a ascensão à presidência de Jair Bolsonaro, o descaso com a Memória e o Patrimônio Cultural só se intensificou, como demonstra a sua relação com o IPHAN, em abordagens recentes na imprensa, como no trabalho de Carolina Moraes e João Gabriel para a *Folhapress*⁷¹. Os jornalistas apuraram que, nesse governo, os técnicos do Instituto precisaram se esforçar para demonstrar ao governo a importância do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, instância máxima de deliberação sobre Tombamentos e Registros, que foi ameaçado de extinção. Outra dificuldade enfrentada pelo corpo de profissionais do Patrimônio, constataram, tem sido a de lidar com frequente troca de cargos, que se iniciou no governo Temer, e se intensificou neste. Na própria presidência do Instituto, duas trocas já foram feitas. Em dezembro de 2019 a historiadora Kátia Bogéa foi exonerada. Vários nomes foram alternadamente anunciados para sua substituição. Em maio de 2020, foi conduzida ao cargo Larissa Peixoto, que é graduada em Turismo e Hotelaria, e servidora do Ministério do Turismo. Sua nomeação foi insistentemente contestada em razão de sua formação e experiência profissional por não reunirem os requisitos para o cargo, no entender de representantes dos servidores do Instituto, mas ela permanece na função. Outra nomeação polêmica, objeto de intensos protestos no meio acadêmico, foi a do pastor Tassos Lycurgo para o cargo de diretor do Departamento do Patrimônio Imaterial, em dezembro de 2020. Em

novembro de 2021 foi substituído pelo historiador Roger Alves Vieira. Lycurgo passou a ocupar a diretoria do Departamento de Cooperação e Fomento.

O referido artigo da *Folhapress* (abril de 2021) aponta o uso político partidário do IPHAN pelo atual presidente, bem como seu descaso com a questão do Patrimônio. Em julho de 2021 nova perda: incêndio no galpão da Cinemateca Brasileira⁷².

Considerações Finais

Nessas considerações finais sobre o objetivo deste trabalho que foi o de interpretar se José Reginaldo Gonçalves utiliza o termo “retórica” no sentido aristotélico ou sofisticado ao analisar os discursos do patrimônio cultural no Brasil, nas décadas de 1930 a 1980, início com um retrospecto na concepção de retórica.

Aponta Alexandre Júnior (2005) que, na concepção dos pensadores gregos anteriormente citados, a “retórica verdadeira”, que neste texto sintetizo sob a denominação “retórica aristotélica”,

define-se como articulação perfeita da mensagem nascida na mente, sendo de condenar e repudiar a sua transfiguração ou falsificação sofisticada que, como técnica de aparência, negligencia a verdade profunda das coisas e se contenta com a adesão do auditório a meras opiniões de circunstância ou conveniência.⁷³

De acordo com Alexandre Manuel Júnior, até poucos anos atrás, período no qual se inclui a década de 1980, quando a tese da *retórica da perda* foi desenvolvida, prevaleceu atribuição ao termo “retórica” de uma conotação de “discursos vazios de conteúdo”, nos quais estariam ausentes argumentações sustentadas por “princípios e valores que se nutrem de um raciocínio crítico, válido e eficaz”. Não é difícil encontrar passagens objetivas, no livro de Gonçalves (2002) correspondente à tese, em que à *perda* são associadas escolhas que sugerem um interesse circunstancial ou conveniente. Alguns exemplos:

(i) “Nas narrativas de preservação histórica, **a imagem da perda é usada como uma estratégia discursiva** por meio da qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva [...]”⁷⁴

(ii) “[...] os ideólogos do patrimônio cultural, ao denunciarem o **risco de ‘perda’**, não estão apenas registrando um fato histórico, mas **discursivamente constituindo esse fato com o propósito** de implementar um determinado projeto de construção nacional”⁷⁵

(iii) “Cada um dos contextos histórico-políticos em que se inserem os discursos [...] sobre patrimônio cultural [...], faz com que a **retórica da perda seja instrumentalizada** segundo distintos projetos políticos de construção nacional”⁷⁶[grifos meus]

Sabemos que a polêmica, o contraditório, o desafio de paradigmas e afins estão na essência da construção do conhecimento científico. Assim, vejo-me constantemente refletindo sobre responsabilidade de nós, cientistas, ao produzir pesquisas, comunicar resultados, ressignificar conceitos, propor teorias... Não temos domínio sobre o uso que será feito de nossas palavras. Exemplo clássico de apropriação e ressignificação de conceitos estão na raiz daquele que é considerado um dos maiores crimes contra a Humanidade: o holocausto judeu. A teoria de Charles Darwin apresentada no livro *A origem das Espécies* foi a base de Hebert Spencer na concepção da teoria do *darwinismo social*, que por sua vez derivou a teoria da *eugenia*. Já demonstrei alguns usos que têm sido feitos da tese da *retórica da perda* na academia através da pequena amostragem que selecionei. Todos a tomam como um fato, e uma das autoras chega a propor sua superação, revelando “estranhamento” ao que considerou “excessivo apego a certos aspectos da cultura ocidental, que desde a Antiguidade vem baseando seus sistemas de memorização na existência de documentos tangíveis”⁷⁷.

Sejam as gestões públicas, mais ou menos comprometidas com a questão do patrimônio cultural do Brasil, concluo esse artigo propondo algumas questões:

- No que contribui a desconstrução de discursos que defendem a preservação (e a salvaguarda) do patrimônio cultural alertando para o risco de *perdas*? É fato que, como afirma Gonçalves (2002) “cada um dos contextos histórico-políticos em que se inserem os discursos [...], faz com que a retórica da perda seja instrumentalizada segundo distintos projetos políticos de construção nacional”⁷⁸, mas não é melhor que haja “projetos políticos de construção nacional” do que nenhum?
- Não é melhor que o Estado, com governos representativos da vontade popular, conduzam esses projetos, do que deixá-lo nas mãos dos agentes do Mercado que, como denunciou Regina Abreu, “não estão interessados em memória nacional”, logo não têm porque se preocuparem com *perdas*?

Notas

¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.105.

² Portal *Google Acadêmico*. Pesquisa realizada em 12 de março de 2022 através de: <<https://scholar.google.com.br/?hl=pt>>.

- ³ Diretor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Doutor e Pós-Doutor em Literatura Grega. Integrou equipe que produziu e publicou nova tradução livro *Retórica*, de Aristóteles, que se encontra na sua 5ª edição.
- ⁴ JÚNIOR, Manuel Alexandre. Prefácio e Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p.9.
- ⁵ JÚNIOR, Manuel Alexandre. Prefácio e Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p.15.
- ⁶ JÚNIOR, Manuel Alexandre. Prefácio e Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p.23.
- ⁷ JÚNIOR, Manuel Alexandre. Prefácio e Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p.25.
- ⁸ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. Tradução: Alfredo Bossi, Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.918.
- ⁹ PLATÃO. *O Sofista*. [?]: Ebooklibris, 2003, p.51.
- ¹⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.15-16.
- ¹¹ ANDRADE apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.91.
- ¹² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.27.
- ¹³ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.31.
- ¹⁴ Gonçalves observa que o uso do conceito de “objetificação cultural” tem início com Benjamin Whorf (em 1978) para quem “a objetificação refere-se à tendência da lógica cultural ocidental a imaginar fenômenos não materiais (como o tempo) como se fossem algo concreto, objetos físicos existentes”. Compartilha com Handler a visão de que a objetificação é ainda mais evidente ao refletir sobre entidades sociocientíficas como nação, sociedade, grupo e cultura, que tenderiam a ser abordadas como se fossem elementos do mundo natural, ou seja, ocorreriam “independente das ações humanas contingentes e dotadas de propósito”. HANDLER apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.12-13.
- ¹⁵ RUST, Leandro Duarte. A “terceira geração dos Annales” e o exorcismo do tempo. *Biblos*. v.22, n.1. Rio Grande: FURG, 2008, p.47.
- ¹⁶ MAGALHÃES apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.52.
- ¹⁷ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.47.
- ¹⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.55.
- ¹⁹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.100.
- ²⁰ Magalhães revela surpresa e encantamento diante do gesto espontâneo de uma moradora que, ao vê-lo fotografar a cidade, logo ofereceu a varanda do seu sobrado dizendo-lhe que “a vista aqui em cima é mais bonita”. Em seguida guiou-o por pontos que, aparentemente na opinião da moça, podiam interessar ao visitante. Ele então conheceu um convento, um colégio, uma fonte onde as roupas são lavadas... MAGALHÃES apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.100.
- ²¹ MAGALHÃES apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.100.
- ²² WALLERSTEIN apud RUST, Leandro Duarte. A “terceira geração dos Annales” e o exorcismo do tempo. *Biblos*. v.22, n.1. Rio Grande: FURG, 2008, p.51.
- ²³ MAGALHÃES apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.98-99.
- ²⁴ ANDRADE apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.92.
- ²⁵ MAGALHÃES apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.97.

- ²⁶ A *Recomendação*, dirigida aos estados membros, conceitua cultura tradicional e popular, recomenda aos estados membros políticas públicas visando a sua salvaguarda, a criação de tipologias e de sistemas de identificação e registros dessas culturas e de instituições voltadas à sua preservação, bem como a conservação de documentação visando a compreensão de modificações ocorridas ao longo do tempo, dentre outros.
- ²⁷ JÚNIOR, Manuel Alexandre. Prefácio e Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p.26.
- ²⁸ ANDRADE apud GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ;IPHAN, 2002, p.93.
- ²⁹ ABREU, Regina. Patrimônio: ‘ampliação’ do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Monteiro (Org.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura-SP, 2012, v.1, 2012, p. 29.
- ³⁰ BRASIL. *Decreto nº 3.551*, de 4 de agosto de 2000.
- ³¹ CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008, p.23.
- ³² Entendido como transmitido “de geração a geração, [sendo] constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de história, gerando, um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”. UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris: Outubro 2003
- ³³ DAVALLON, Jean. Memória e Patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, Cécile; DODEBEL, Vera (orgs.). *Memórias e Novos Patrimônios* ed. OpenEdition, Saint Hilaire, 2015, p.28.
- ³⁴ BITTER, Daniel. *A Bandeira e a Máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais na Folia de Reis*. 2008. 191f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). UFRJ, Rio de Janeiro, 2008, p.11.
- ³⁵ Portal do *Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste* acessível através de: <<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site/index.php>> . Acesso em: 11 mar. 2022.
- ³⁶ Determinação da Portaria da Capes nº 13/2006.
- ³⁷ Desses, 63% utilizam apenas o livro *A Retórica da Perda*.
- ³⁸ Como a concepção de *perda* como estratégia *retórica* defendida por Gonçalves apenas é tratada neste tópico, concluo que o “texto aqui desenvolvido” refere-se, exclusivamente, às três páginas do tópico 3.4.1.
- ³⁹ SILVEIRA, Carmem Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro 2004, p.93-95.
- ⁴⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ;IPHAN, 2002, p.21-31.
- ⁴¹ SILVEIRA, Carmem Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro 2004, p.94.
- ⁴² GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ;IPHAN, 2002, p.128.
- ⁴³ Conclui Silveira que lhe “interessa realçar o confronto entre a visão antropológica de patrimônio que privilegia o seu papel na construção de uma “eficácia simbólica”, e a visão da sociologia reflexiva, que o considera inserido num “campo de poder”. Assinalado por Gonçalves, este confronto afigura-se significativo para contribuir ao esclarecimento da questão do patrimônio cultural urbano”. SILVEIRA, Carmem Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro 2004, p.95.
- ⁴⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ;IPHAN, 2002, p.135.
- ⁴⁵ SILVEIRA, Carmem Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na Cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). UFRJ, Rio de Janeiro 2004, p.98-99.
- ⁴⁶ SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do “não lugar”: comunicação e os “novos patrimônios”*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.9.
- ⁴⁷ GUILLAUME apud SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do “não lugar”: comunicação e os “novos patrimônios”*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.195.
- ⁴⁸ SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do “não lugar”: comunicação e os “novos patrimônios”*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, 195-196.
- ⁴⁹ SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do “não lugar”: comunicação e os “novos patrimônios”*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.170-182.

⁵⁰ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.128.

⁵¹ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.128.

⁵² “O conceito da perda, base de toda a retórica patrimonial da Modernidade, é agora substituído pela percepção da transformação como valor. Pode-se, assim, aceitar as transformações culturais como parte da realidade – não mais como ameaça, mas elemento constitutivo dos fluxos culturais.” SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do “não lugar”: comunicação e os “novos patrimônios”*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.276.

⁵³ BUCCI, E. A memória inacessível. Rio de Janeiro: JB, 18 Julho 2002, Caderno B, p.8.

⁵⁴ SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do “não lugar”: comunicação e os “novos patrimônios”*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.278.

⁵⁵ SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do “não lugar”: comunicação e os “novos patrimônios”*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.279.

⁵⁶ GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011. p.21-23.

⁵⁷ O livro *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro* (1995), do cineasta Roberto Moura; e a *Proposta de Tombamento da Pedra do Sal* do INEPAC (1984), elaborada pelo historiador Joel Rufino e inventariada pela museóloga Mercedes Viegas. (GUIMARÃES, 2011, p.133)

⁵⁸ GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011, p.133.

⁵⁹ O material de divulgação do filme o apresenta como um “alerta para perdas”. Guimarães, observa que Cristiana (a diretora) “incomodada pela sensação de perda dessa origem da cidade, que atribuía de forma difusa ao ‘progresso’”, decide voltar ao local para produzir o documentário. GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011, p.97-98.

⁶⁰ GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011, p.213.

⁶¹ Em sua conclusão, Guimarães denuncia uma invisibilidade difusa que estaria sendo articulada por mediadores de imaginários que associavam a presente ocupação do morro como relacionada a portugueses e espanhóis, migrantes nordestinos e franciscanos: mas que excluíam a ocupação e memória espacial dos “negros” e do “povo do santo”. GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011, p.217.

⁶² “É interessante observar duas questões que aparecem no discurso do secretário: uma traduzida pelo sentimento e afirmação da identidade nacional pela regionalidade do solo mineiro, simbolicamente representada pela memória da Inconfidência; e a segunda questão, que diz respeito ao sentimento de perda da identidade regional que retoma a *retórica da perda* da identidade nacional representada, entre outras questões, pela ausência da obra de Portinari.” MORAIS, Gerlane Bezerra Rodrigues. *Imagens urbanas, patrimônio cultural e memória social no Brasil contemporâneo: Estudo de caso das cidades de Campos de Goytacazes e Vassouras no estado do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Memória Social). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013, p.64.

⁶³ SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do “não lugar”: comunicação e os “novos patrimônios”*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.276.

⁶⁴ Portal Museus do Rio. Disponível em:

<http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=12:museu-nacional>.

Acesso em: 12 set. 2018.

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/investimento-em-museus-cresce-em-uma-decada/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

⁶⁶ *Verbas repassadas para o Museu Nacional despencaram desde 2013*, no Portal de Notícias R7. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/verbas-repassadas-para-o-museu-nacional-despencaram-desde-2013-04092018>>. Acesso em: 12 set. 2018.

⁶⁷ Presidência da República. Medida Provisória 850/2018. Disponível em:

<<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/134245>>

⁶⁸ Para Mariana Tokarnia, em *Servidores do Ibram criticam criação de agências para cuidar de museus*, Portal Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-09/servidores-do-ibram-criticam-criacao-de-agencia-de-museus>>. Acesso em: 12 set. 2018.

⁶⁹ Regina Abreu para o jornal *O Globo*, *Segundo Caderno*, 8 set. 2018.

⁷⁰ Regina Abreu para o jornal *O Globo*, Segundo Caderno, 8 set. 2018.

⁷¹ MORAES, Carolina; GABRIEL, João. Sob Bolsonaro, Iphan vive paralisia mais longa desde antes da ditadura militar. *Folhapress*. São Paulo: Folha de São Paulo, 6 Abril 2021. Disponível em <<https://br.noticias.yahoo.com/sob-bolsonaro-iphan-vive-paralisia-211100514.html>> . Acesso em: 19 abr. 2021.

⁷² Incêndio na Cinemateca é resultado de descaso, aponta senadores. *Senado Notícias*. Brasília: Senado Federal, 30 de julho de 2021. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/30/incendio-na-cinemateca-e-resultado-de-descaso-do-governo-apontam-senadores>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

⁷³ JÚNIOR, Manuel Alexandre. Prefácio e Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005, p.27.

⁷⁴ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.88.

⁷⁵ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.104.

⁷⁶ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.108.

⁷⁷ SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do "não lugar": comunicação e os "novos patrimônios"*. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004, p.278.

⁷⁸ GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002, p.108.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. Tradução: Alfredo Bossi, Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/2011/11/Dicionario-de-Filosofia-Nicola-ABBAGNANO.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2017.

ABREU, Regina. Patrimônio: ‘ampliação’ do conceito e processos de patrimonialização. In: CURY, Marília Xavier; VASCONCELOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Monteiro (Org.). *Questões indígenas e museus: debates e possibilidades*. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura-SP, 2012, v.1, p. 28-40.

BITTER, Daniel. *A Bandeira e a Máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais na Folia de Reis*. 2008. 191f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.proibidao.org/wp-content/uploads/2011/12/Daniel-Bitter_A-Bandeira-e-a-Mascara.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 3.551*, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_3.551_de_04_de_agosto_de_2000.pdf>. Acesso em 8 ago. 2018.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Políticas_Estaduais\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Patrimonio_Imaterial_no_Brasil_Legislacao_e_Políticas_Estaduais(1).pdf)> Acesso em: 12 mar. 2022.

DAVALLON, Jean. Memória e Patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. Tradução: Germana H.P. de Sousa. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera (orgs.). *Memórias e Novos Patrimônios*. ed. OpenEdition, Saint Hilaire, 2015. p .46-66. Disponível em: <<http://books.openedition.org/oepp/417>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2002.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. *A utopia da Pequena África: Os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/34/teses/772610.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2018.

JÚNIOR, Manuel Alexandre. Prefácio e Introdução. In: ARISTÓTELES. *Retórica*. 2ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <https://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/aristoteles_-_retorica2.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2017. p. 9-84.

MORAIS, Gerlane Bezerra Rodrigues. *Imagens urbanas, patrimônio cultural e memória social no Brasil contemporâneo: Estudo de caso das cidades de Campos de Goytacazes e Vassouras no estado do Rio de Janeiro*. 2013. Tese (Doutorado em Memória Social) - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Marluce/Downloads/Tese%20revisada%20gerlane.%20ps%20defesa.doc%2004%20de%20julho%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Marluce/Downloads/Tese%20revisada%20gerlane.%20ps%20defesa.doc%2004%20de%20julho%20(2).pdf). Acesso em: 6 set. 2018.

PLATÃO. *O Sofista*. [?]. Tradução: Carlos Alberto Nunes. Ebooklibris, 2003. Disponível em: <<http://www.institutoelo.org.br/site/files/publications/c3ce95f2ea7819533050e2effd5b652d.pdf>>. Acesso: 6 jul. 2017.

RUST, Leandro Duarte. A “terceira geração dos Annales” e o exorcismo do tempo. *Biblos*. v.22, n.1. Rio Grande: FURG, 2008. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/855/335>> . Acesso em: 8 jul. 2017.

SCHEINER, Teresa Cristina Molleta. *Imagens do "não lugar": comunicação e os "novos patrimônios"*. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/30/teses/692811.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2018.

SILVEIRA, Carmem Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na Cidade do Rio de Janeiro*. 2004. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/42/teses/655310.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2018.

UNESCO. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Paris: Novembro 1989. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/238/4/Anexo%203%20-%20Doctos%20Unesco.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

UNESCO. *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris: Outubro 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>> . Acesso em: 8 jul. 2017.